

O papel da justiça na organização das sociedades



Spoiler da aula



Vídeos

Vídeo 1

[Jornada pela liberdade](#)



Competência 3? Habilidade 12? O que isso tem a ver com o Enem?

A Competência 3 atrelada à Habilidade 12 visa compreender as relações entre as instituições sociais, políticas e econômicas e a atuação de movimentos sociais, analisando o papel da justiça nesse contexto. Esse pode ser o caso das lutas feministas por direito ao voto ou a expansão do movimento negro nos Estados Unidos, lutando por igualdade civil. Essa Competência e essa Habilidade podem aparecer na prova do Enem a partir da análise de fragmentos de códigos penais ou de mudanças constitucionais ocorridas ao longo do tempo, por exemplo.

Competência 3

Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes **grupos, conflitos e movimentos sociais**.

Habilidade 12

Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

Exercícios



De aula

1. A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Ao se comparar os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que

- a) a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.
- b) a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.
- c) os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.
- d) o texto da carta de 1891 já permitia o voto feminino.
- e) a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas indivíduos do sexo masculino.



De casa

1. O autor da constituição de 1937, Francisco Campos, afirma no seu livro, O Estado Nacional, que o eleitor seria apático; a democracia de partidos conduziria à desordem; a independência do Poder Judiciário acabaria em injustiça e ineficiência; e que apenas o Poder Executivo, centralizado em Getúlio Vargas, seria capaz de dar racionalidade imparcial ao Estado, pois Vargas teria providencial intuição do bem e da verdade, além de ser um gênio político.

CAMPOS, F. O Estado nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 (adaptado).

Segundo as ideias de Francisco Campos,

- a) os eleitores, políticos e juízes seriam mal-intencionados.
- b) o governo Vargas seria um mal necessário, mas transitório.

- c) Vargas seria o homem adequado para implantar a democracia de partidos.
- d) a Constituição de 1937 seria a preparação para uma futura democracia liberal.
- e) Vargas seria o homem capaz de exercer o poder de modo inteligente e correto.

2.

O artigo 402 do Código penal Brasileiro de 1890 dizia:
Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade
e destreza corporal, conhecidos pela denominação
de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou
instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal,
provocando tumulto ou desordens.
Pena: Prisão de dois a seis meses.

SOARES, C. E. L. A Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro: 1850-1890.
Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994 (adaptado).

O artigo do primeiro Código Penal Republicano naturaliza medidas socialmente excludentes. Nesse contexto, tal regulamento expressava

- a) a manutenção de parte da legislação do Império com vistas ao controle da criminalidade urbana.
- b) a defesa do retorno do cativo e escravidão pelos primeiros governos do período republicano.
- c) o caráter disciplinador de uma sociedade industrializada, desejosa de um equilíbrio entre progresso e civilização.
- d) a criminalização de práticas culturais e a persistência de valores que vinculavam certos grupos ao passado de escravidão.
- e) o poder do regime escravista, que mantinha os negros como categoria social inferior, discriminada e segregada.

3.

**Judiciário contribuiu com ditadura no Chile, diz Juiz
Guzmán Tapia**

As cortes de apelação rejeitaram mais de 10 mil *habeas corpus* nos casos das pessoas desaparecidas. Nos tribunais militares, todas as causas foram concluídas com suspensões temporárias ou definitivas, e os desaparecimentos políticos tiveram apenas trâmite formal na Justiça. Assim, o Poder Judiciário contribuiu para que os agentes estatais ficassem impunes.

Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, durante a ditadura chilena na década de 1970, a relação entre os poderes Executivo e Judiciário caracterizava-se pela

- a) preservação da autonomia institucional entre os poderes.

- b) valorização da atuação independente de alguns juízes.
- c) manutenção da interferência jurídica nos atos executivos.
- d) transferência das funções dos juízes para o chefe de Estado.
- e) subordinação do poder judiciário aos interesses políticos dominantes.

4. Nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

KING Jr., M. L. *Eu tenho um sonho*, 28 ago. 1963. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2011 (adaptado).

O cenário vivenciado pela população negra, no sul dos Estados Unidos nos anos 1950, conduziu à mobilização social. Nessa época, surgiram reivindicações que tinham como expoente Martin Luther King e objetivavam

- a) a conquista de direitos civis para a população negra.
- b) o apoio aos atos violentos patrocinados pelos negros em espaço urbano.
- c) a supremacia das instituições religiosas em meio à comunidade negra sulista.
- d) a incorporação dos negros no mercado de trabalho.
- e) a aceitação da cultura negra como representante do modo de vida americano.

5. Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, para que o entregue à Justiça; e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados.

Em nome da verdade. In: O Estado de São Paulo, 3 fev. 1976. Apud. FILHO, I. A. Brasil, 500 anos em documentos. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida durante o regime militar, em 1975, levou a medidas como o abaixo-assinado feito por profissionais da imprensa de São Paulo. A análise dessa medida tomada indica a

- a) certeza do cumprimento das leis.
- b) superação do governo de exceção.
- c) violência dos terroristas de esquerda.
- d) punição dos torturadores da polícia.
- e) expectativa da investigação dos culpados.

6. Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Um traço formador da vida pública brasileira expressa-se, segundo a análise do historiador, na

- a) rigidez das normas jurídicas.
- b) prevalência dos interesses privados.
- c) solidez da organização institucional.
- d) legitimidade das ações burocráticas.
- e) estabilidade das estruturas políticas.

7. A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, como parte de uma ampla reforma no processo eleitoral incentivada pela Revolução de 1930. Sua criação foi um grande avanço institucional, garantindo que as eleições tivessem o aval de um órgão teoricamente imune à influência dos mandatários.

TAYLOR, M. Justiça Eleitoral. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

Em relação ao regime democrático no país, a instituição analisada teve o seguinte papel:

- a) Implementou o voto direto para presidente.
- b) Combateu as fraudes sistemáticas nas apurações.
- c) Alterou as regras para as candidaturas na ditadura.
- d) Impulsionou as denúncias de corrupção administrativa.
- e) Expandiu a participação com o fim do critério censitário.

8. A participação da África na Segunda Guerra Mundial deve ser apreciada sob a ótica da escolha entre vários demônios. O seu engajamento não foi um processo de colaboração com o imperialismo, mas uma luta contra uma forma de hegemonia ainda mais perigosa.

História geral da África: África desde 1925. Brasília: Unesco, 2010.

Para o autor, a “forma de hegemonia” e uma de suas características que explicam o engajamento dos africanos no processo analisado foram:

- a) Comunismo / rejeição da democracia liberal.
- b) Capitalismo / devastação do ambiente natural.
- c) Fascismo / adoção do determinismo biológico.
- d) Socialismo / planificação da economia nacional.
- e) Colonialismo / imposição da missão civilizatória.

Gabarito



De aula

1. E

A questão aborda a instituição do voto feminino na Constituição Brasileira, o que só ocorreu a partir da constituição de 1934. Tal fato representa a importância de instituições políticas e de lutas sociais pela emancipação feminina e o direito de voto.



De casa

1. E

O texto apresenta uma crítica às instituições democráticas, considerando o “eleitor apático”. Com isso, defende a centralização do governo, que viria a se consolidar durante o regime do Estado Novo de Vargas.

2. D

O artigo 402 do Código Penal aponta uma forma de criminalização de práticas culturais relacionadas à cultura africana, ao proibir e penalizar a prática de capoeira. Dessa forma, podemos perceber que as instituições políticas e jurídicas também reproduziam a exclusão social de determinados grupos sociais.

3. E

A questão aborda a subordinação do Judiciário aos interesses da Ditadura Chilena, ao mencionar, por exemplo, a recusa de pedidos de habeas corpus de pessoas desaparecidas. Nesse sentido, aponta como a justiça chilena estava atrelada à política ditatorial do período.

4. A

Martin Luther King foi um dos grandes nomes das lutas pela igualdade de direitos civis nos Estados Unidos, conquistando importantes mudanças nas leis segregacionistas norte-americanas.

5. E

Após a prisão autoritária do jornalista Vladimir Herzog, e seu posterior assassinato pelo regime militar brasileiro, os jornalistas se mobilizaram visando investigar os culpados. Dessa forma, percebemos como as mobilizações de grupos, como o dos jornalistas, foram importantes para pressionar a justiça, exigindo esclarecimentos e soluções em relação a determinadas condutas.

6. B

No trecho acima, Sérgio Buarque de Holanda, ao analisar as possíveis raízes do Brasil, se refere às relações personalistas e paternalistas que o Brasil teria herdado da colonização portuguesa. Nesse sentido, aponta que as instituições brasileiras se baseiam, predominantemente, em interesses privados.

7. B

Um dos principais objetivos da criação da Justiça Eleitoral foi evitar corrupções eleitorais, comuns durante a Primeira República.

8. C

A questão menciona a atuação dos africanos contra uma “hegemonia ainda mais perigosa” que o imperialismo, a expansão do fascismo. O fascismo, principalmente na Alemanha, teve um caráter fortemente racista.